Prova em Direito Penal, cibercriminalidade e prova em ambiente digital

Plano de Formação Contínua 2015-2016 – Ação de Formação Contínua Tipo B

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

OBJETIVOS:

Aprofundar a análise e compreensão do quadro legal e das principais questões práticas que se colocam na produção, apreciação e valoração critíca da prova em processo penal, especialmente no meio digital, bem como das novas formas de cibercriminalidade.

Lisboa, 7 e 8 de abril de 2016 - Auditório do Centro de Estudos Judiciários - Piso r/c, Largo do Limoeiro

PROGRAMA - 1º dia - 7 de abril de 2016

Manhã

10h00 Abertura

Direção do Centro de Estudos Judiciários

10h15 Particularidades da investigação do Cibercrime - Questões práticas

Secção de Investigação da Criminalidade Informática da Polícia Judiciária

11h00 Pausa

11h15 Particularidades da investigação do Cibercrime - Questões práticas (Continuação)

Secção de Investigação da Criminalidade Informática da Polícia Judiciária

12h30 Debate

Moderação: Luis Silva Pereira, Procurador-Geral Adjunto, Diretor-Adjunto do CEJ

13h00 Pausa para almoço

Tarde

14h30 Particularidades da investigação do Cibercrime - Questões práticas (Continuação)

Secção de Investigação da Criminalidade Informática da Polícia Judiciária

16h00 Debate

Moderação: **Jorge Dias Duarte,** *Procurador da República, Coordenador Regional Norte para a Magistratura do MP*

17h00 Encerramento



Prova em Direito Penal, cibercriminalidade e prova em ambiente digital

Plano de Formação Contínua 2015-2016 – Ação de Formação Contínua Tipo B

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público. Advogados e outros profissionais da área forense.

OBJETIVOS:

Aprofundar a análise e compreensão do quadro legal e das principais questões práticas que se colocam na produção, apreciação e valoração critíca da prova em processo penal, especialmente no meio digital, bem como das novas formas de cibercriminalidade.

Lisboa, 7 e 8 de abril de 2016 - Auditório do Centro de Estudos Judiciários - Piso r/c, Largo do Limoeiro

PROGRAMA - 2º dia - 8 de abril de 2016

Manhã

10h00 Reflexões sobre o impacto das Novas

Tecnologias na Interpretação e Justiça Constitucional

Raquel Alexandra Brízida Castro, Professora

Auxiliar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, vogal do Conselho Regulador da ERC

11h00 Pausa

11h15 A Prova Digital perante a Proteção de Dados

Pessoais - uma perspetiva portuguesa e

europeia

Manuel David Masseno, Professor do Instituto

Politécnico de Beja

12h15 Debate

Moderação: Helena Susano, Juíza de Direito, Docente do

CEJ

13h00 Pausa para almoço

Tarde

14h30 Prova digital: enquadramento legal

João Conde Correia, Procurador da República

15h15 Pausa

15h30 A Nuvem

Pedro Verdelho, Procurador da República,

Coordenador do Gabinete Cibercrime da PGR

16h30 Debate

Moderação: Catarina Fernandes, Procuradora da República,

Docente do CEJ

17h00 Encerramento

